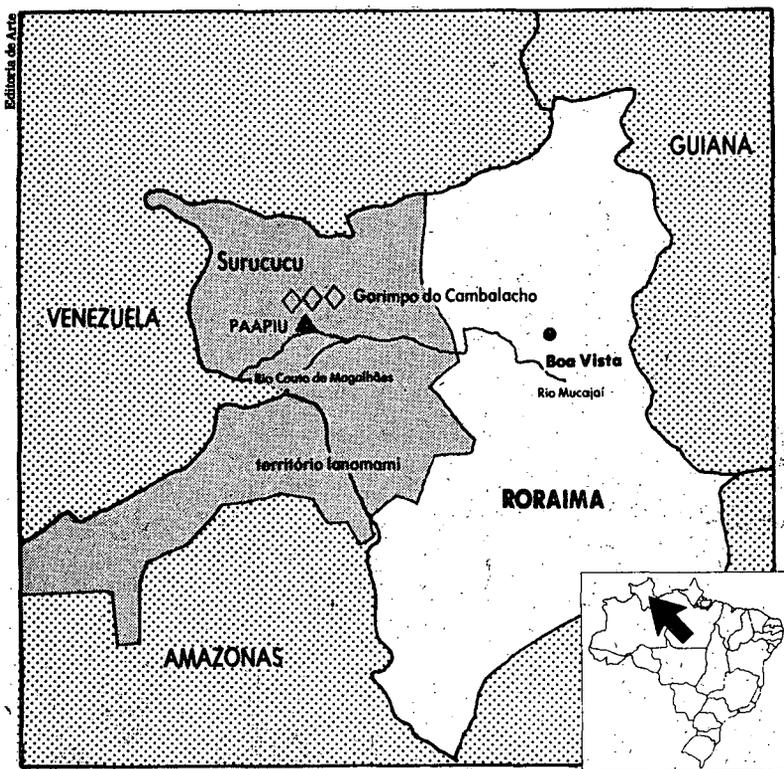


Aconteceu

EM RORAIMA, GARIMPEIROS INVADEM TERRA IANOMANI

KARDEX	(X)
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()



O mapa mostra a localização do garimpo na serra do Surucucus e a reserva

Constituinte começa com derrota da direita
Centrão atrai também a ira da Igreja

No Ceará, pistoleiro mata.
No Pará, pistoleiro confessa



Nota da Redação

Aos nossos leitores. Estamos recebendo algumas manifestações sobre o novo formato do nosso jornal. Gostaríamos que isso continuasse e as opiniões chegassem para que possamos acompanhar o perfil do nosso leitor. O Aconteceu pretende ser um veículo de apoio aos movimentos sociais, além de instrumento a disposição destes movimentos para críticas, denúncias e opiniões a respeito do trabalho de cada um, envolvendo sua comunidade, sua área de atuação. Mais uma vez, pedimos um pouco de paciência quanto à periodicidade do Aconteceu, que continua irregular. Os problemas estão sendo superados e, mais um pouco, o Aconteceu chegará mais cedo nas mãos dos leitores.

Finalmente a votação

O Congresso constituinte iniciou na quarta-feira, dia 27 - quase um ano após a sua instalação, no dia 19 de fevereiro de 87 -, a votação em plenário do projeto de Constituição aprovado pela Sistematização. Tirando-se as férias parlamentares, foram dez meses de trabalho nas subcomissões e comissões temáticas pelos projetos do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e pelas votações dos regimentos internos. (Folha-25/01/88)

Assinatura anual: Cz\$ 200,00
Exemplar avulso : Cz\$ 5,00

ACONTECEU SEMANAL

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em **trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais** e outras. Contém também uma seção de Cartas ao Leitor, onde serão divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo o Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 200,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85,00 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

ACONTECEU Nº 441

JANEIRO DE 1988

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação

Rua Cosme Velho, 98
Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da
Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jather Pereira Ramalho
(coordenador)

Jorge Luiz Carrera
Jardnelro
Marcus Vinícius Grod
Borges
Neide Estarci
Sérgio Allí
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro - RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 5,00

Grupos fazem acordo sobre estabilidade

BRASÍLIA - A estabilidade no emprego prevista no projeto de Constituição da Comissão de Sistematização será substituída por uma multa provisória de 40% ou 50% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A percentagem definitiva da multa a ser paga pelo empregador que demitir sem justa causa, será fixada em lei ordinária a ser votada pelo Congresso Nacional.

Isso é o que ficou definido em reunião entre representantes do Centrão e do Grupo dos 32. Pelo lado do Centrão participaram os deputados José Lins (PFL-CE) e Waldec Ornelas (PFL-BA), e pelo Grupo dos 32, os senadores Virgílio

Távora (PDS-CE) e José Richa (PMDB-PR), e a deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ).

Prescrição:

Na reunião ficou acertado outro ponto polêmico: a prescrição das causas trabalhistas. Conforme o acordo entre Centrão e Grupo dos 32, o funcionário poderá fazer uma reclamação trabalhista contra a empresa por um prazo de cinco anos, a contar da lesão, desde que ainda esteja ligado a ela; e por dois anos da assinatura do final do contrato, com efeito retroativo a cinco anos da lesão, não estiver na empresa.

Emenda para a reforma agrária pode gerar acordo

BRASÍLIA - Emenda do Deputado Carlos Virgílio (PDS-CE), que impede a desapropriação de terras socialmente produtivas e de pequenas propriedades caracterizadas como fonte de renda e única sustentação de uma família, pode garantir um acordo entre o Centrão e o "Grupo dos 32" para aprovação, em plenário, do capítulo onde se insere a reforma agrária.

O texto da emenda declara insuscetíveis

de desapropriação para fins de reforma agrária, além das propriedades socialmente produtivas, "os pequenos e médios imóveis rurais, definidos em lei, cujos proprietários não possuam outro imóvel rural".

O Deputado José Lins (PFL-CE), do Centrão, considera esse texto bastante próximo ao do seu grupo,

Constituinte tropeça no quorum no primeiro dia de votação

A votação da Constituinte começou com uma derrota do Centrão que queria mudar o preâmbulo da Comissão de Sistematização. Isso foi no primeiro dia de votação e demonstra como será difícil chegar ao texto final, definitivo, sem que haja acordos entre os diversos grupos da Constituinte.

Na noite daquele mesmo dia, o Senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, informou que a esquerda e o Centrão estavam buscando um acordo. No dia seguinte, seria tentada nova votação. São necessários 280 votos para

nova constituição. Como o que está valendo até agora é o texto da Comissão de Sistematização, o Centrão, que não concorda com ele por achar que o texto é avançado demais, quer substituí-lo com emendas e elitistas.

Ninguém conseguiu os 280 votos, nem o Centrão, o "centrinho" (que é meio direita), a esquerda ou o chamado grupo dos 32. Mas isso é só o início do trabalho. O preâmbulo ("os primeiros passos numa direção") não representa um décimo do que se pretende votar em termos de

Centrão quer cargos em troca de apoio aos cinco anos

Sem rodeios, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), 54, disse que o Centrão só garantirá aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e discutirá a inversão da pauta do Congresso constituinte se o governo, em troca, tiver cargos para oferecer a seus integrantes.

Lourenço, que é um dos líderes do grupo, disse que não saberia prever o re-

sultado da votação do mandato de Sarney se a questão fosse a plenário. "O governo poderia ser surpreendido com uma derrota", afirmou. E acrescentou que "se ele fizer esses ajustes (cargos) não dará quatro anos". Os "ajustes" não significam necessariamente uma reforma ministerial: "Isso não é fundamental, há o segundo e o terceiro escalão."

(Folha-SP=26/01/88)

Cargos ameaçam união do grupo

A idéia defendida pelos deputados José Lourenço (PFL-BA) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) - condicionar o apoio aos cinco anos de mandato do presidente José Sarney à obtenção de cargos e favores para o Centrão - provocou polêmica no grupo. "Isso me parece conversa de prostíbulo. As meninas do Mangue também dizem que é dando que se recebe", disse, irritado, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), ele próprio intermediário na concessão de um canal de rádio FM para

seu amigo Ismail Teixeira de Abreu, em Paraíba do Sul, interior do Rio de Janeiro.

"Essa tentativa que vocês estão fazendo para colocar o Centrão submetido aos interesses do governo pode rachar o grupo", advertiu o deputado Afif Domingos (PL-SP), diante de 12 parlamentares, inclusive o líder do governo, Carlos Sant'Anna. todos se mantiveram em silêncio.

Almir Veiga



Diabos, caveiras e macacos encarnaram nos deputados do Rio que participam do Centrão. Pelo menos foi essa a intenção do grupo de manifestantes do Plenário de Participação Popular Pró-Constituinte, que organizou uma manifestação nas escadarias do Palácio Pedro Ernesto, na Cinelândia. Pessoas fantasiadas (foto) traziam no pescoço cartazes com os nomes dos deputados. A intenção era formar a frase "Acorda Brasil, antes que o Centrão acabe com você", mas, como havia pouca gente, escreveu-se ape-

Igreja repudia "Centrão" por invocar oração

O uso que o deputado Roberto Cardoso Alves (Robertão) fez de um trecho da Oração de São Francisco - "é dando que se recebe" para justificar que o Centrão deveria apoiar o mandato de cinco anos para Sarney em troca de cargos públicos despertou manifestações de repúdio da Igreja, particularmente dos frades franciscanos, que formam no Brasil uma comunidade de mais de 200 mil religiosos e leigos. (JB-27/01/88)

Lula Marques

As reações

"Os verdadeiros cristãos devem ter seu espírito e sua vida distante das ambições de poder, glória e lucro, o que não é o caso do Centrão", atacou o padre Virgílio Uchoa, da Comissão de Acompanhamento Constitucional da CNBB. Para ele, a afirmativa de Robertão "é uma deturpação completa do espírito da oração de São Francisco".

Esta também é a idéia do bispo de Caxias do Sul, Dom Paulo Moretto, que acha "a colocação completamente fora do contexto e do sentido" da reza e recomendou que o espírito de doação - tal como no Sermão da Montanha, de Jesus, à beira do Mar da Galiléia - seja "sem esperar troca, que não saiba a mão direi-



Roberto Cardoso Alves e José Lourenço conversam no Salão Verde do Congresso

ta o que fez a esquerda". Dom Moretto disse que "os políticos não deveriam auferir nenhuma vantagem; sua grande vantagem deveria ser servir à Nação e não lutar por interesses pessoais".

O centrão tira a máscara

Cada vez ficam mais evidentes, a todo o país as razões pelas quais se formou o chamado **Centrão** (os "contras" brasileiros). O cinismo de que se pretendia defender a Democracia e o direito das maiorias torna-se insustentável. Na realidade os seus componentes não são nem democratas, nem representam o interesse do povo brasileiro. Estão comprometidos com os interesses econômicos das grandes empresas nacionais e internacionais e com a voracidade em conseguir cargos públicos. Para proteger seus parentes, afilhados e cabos eleitorais, voltam sempre contra o povo visando, em última análise, barganhas e negociatas.

E nem mesmo as grandes lideranças do Centrão se preocupam em esconder estes interesses. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, atrela a vitória para Sarney do mandato de 5 anos a uma farta distribuição de cargos e favores entre os proprietários de votos negociáveis. Outro que enche a boca para falar de "favores" é o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, conhecido como Robertão. É dele a infeliz comparação da atitude mesquinha e sórdida dos fisiológicos com trechos da Oração de S. Francisco de Assis: "é dando que se recebe". Não poderia ser mais medíocre...

Nos unimos à indignação nacional contra estes falsos líderes. Temos ainda esperança de poder barrar o avanço desses oportunistas que só desejam o poder (e como diz bem o humorista "querem se arrumar"). Enfim, só um movimento popular in-

Quem diria, até o edital do JB repudia a imoralidade do centrão

No dia da abertura dos trabalhos de votação em plenário do texto da nova Constituição, o Jornal do Brasil (27/01 pág. 10) publicou violento edital (opinião do jornal) sobre as atitudes do grupo chamado Centrão. Embora seja um jornal conservador, o JB vez ou outra sai em defesa de interesses mais amplos. Foi assim nesse dia. Eis alguns trechos do edital do dia 27:

"...Como, no entanto, confiar num processo que desce da utopia para atolar no mercantilismo político, onde falta até pudor para esconder os interesses? O líder do PFL na Câmara é capaz de desenvolver publicamente o cálculo segundo o qual o Centrão pode garantir antecipadamente o mandato de cinco anos e até mesmo a invasão das prioridades da votação, desde que o governo proceda a uma farta distribuição de cargos e favores entre os proprietários de votos negociáveis" (...) "O PFL opera às claras: nada de ministérios que implicam em negociações demoradas. Prefere servir-se no segundo e no terceiro escalões".

(...) "Outra figura de destaque do

Centrão, o deputado Roberto Cardoso Alves, fala também com toda a franqueza. Não é, portanto, por falta, mas por excesso de franqueza que a opinião pública vai engolindo em seco a sua discordância com a perda de pudor. Afinal, esta se fazendo uma Constituição para um país que pretende resolver seus conflitos e governar-se pelos padrões democráticos. Se a votação dessa matéria nobre passa a ser tratada como mercadoria perecível no fim de feira, então a futura Constituição nascerá condenada a morrer na infância".

"Robertão, na liderança fisiológica do Centrão, - continua o JB - penitencia-se com a indébita citação de São Francisco, como se pudesse haver termo de comparação entre o desinteresse do santo e a fisiologia política. A converção das 317 assinaturas em votos dos cinco anos será feita ao câmbio da véspera da votação." (...) "Se a Constituinte não encontrar em si reservas de dignidade, para resistir à avassaladora invasão fisiológica, o fim chegará mais depressa".

E Sarney, como fica?

O presidente José Sarney não é poupado totalmente pelo editorial do JB sobre o Centrão. Em alguns trechos ^{8061V} ele alerta:

"O Presidente da República parece desatento ao aspecto lastimável que vai tomando a utilização política da transição - e da idéia de uma nova República - pelas mãos dos que reduzem a vida pública a atos desprezíveis e degradantes da própria atividade política. Todos esses abusos envolvem o governo como um centro de comando, porque os seus autores querem se valer do prestígio oficial até a última gota".

O edital faz ainda uma previsão na-

plano da moralidade pública, o que já se passa com a inflação: o Presidente da República está sendo responsabilizado pelo que deixou de fazer e, por extensão, por tudo que o antecedeu na formação da crise. Vai acabar pagando sozinho a despesa que o PMDB também fez, ao lado do PFL, antes de se retirar para a desincompatibilização moral a que qualquer luta eleitoral obriga. O presidente também deve à Nação uma palavra que desautorize esses falsos amigos e representantes interesseiros de falarem ambigualmente. A sombra da defesa do mandato de 5 anos é que não pode ser. E muito menos não pode o governo honrar esse tipo de compromisso escuso, que é comprar votos para

Brossard descarta eleição-88 sem mandato fixado até março

Da Sucursal de Porto Alegre

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse em Porto Alegre (RS), que "não haverá tempo necessário para que a eleição presidencial ocorra no ano de 88" se a votação do mandato pelo plenário constituinte não acontecer até março. "Aqueles que querem reduzir o mandato pa-

ra quatro anos deveriam providenciar a antecipação da definição", afirmou. Sem ela, disse "não haverá tempo material para eleições em 88, mesmo quando esse fosse o desejo da maioria", disse. Irônico, o ministro acrescentou que o mandato de cinco anos (que defende) "vai acabar passando por decurso de prazo". (Folha-24/01).

PMDB do Estado do Rio não debate apoio a mandato de 4 anos

Ao contrário do que se esperava, o diretório regional do PMDB, reunido na sede do partido, não discutiu o documento - preparado pelo governador Moreira Franco - de apoio à tese do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e pela Constituição já. Em uma hora e quinze minutos, o vice-presidente do par-

tido, deputado Jorge Leite - integrante do Centrão e favorável aos cinco anos - encerrou a reunião, sob protestos de setores inconformados com a ausência de discussões políticas; na pauta só havia assuntos de ordem administrativa. (JB - 23/01).

Os três baianos pelos 5 anos



Três baianos comandam a ofensiva do presidente José Sarney para garantir os cinco anos de mandato: Antonio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações, Prisco Viana, ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, e o emigrado Newton Cardoso, governador de Minas Gerais. Newton assumiu a condição de ponta de lança dos cinco anos dentro do PMDB após a nomeação de João Batista Abreu para o Ministério do Planejamento. Os outros dois são os principais responsáveis pelas 317 assinaturas da emenda de Mateus Iensen (PMDB-PR), que garantiu a preferência na votação pelos cinco anos. Magalhães é acusado de utilizar concessões de rádio para obter apoio de constituintes. Prisco Viana condiciona a liberação de verbas para municípios ao compromisso do deputado da região de votar ne-

ACONTECENDO

Aliança multicolorida

O escritor Fernando Gabeira continua acreditando numa coligação entre seu partido, o PV, e o PT, para as próximas eleições.

Defende, porém, a ampliação dessa coligação.

"A coligação verde-vermelho deve se transformar em uma coligação arco-íris, com a participação de outros partidos, como o PSB", disse Gabeira. (Painel-24/01)

Conclusão óbvia

Numa roda no Congresso, o ex-ministro Fernando Lyra explicava sua postura de telespectador:

"Quando aparece o Sarney, desligo o aparelho, pois já sei o que ele vai dizer. Mas quando aparece o ministro Antonio Carlos Magalhães ouço com toda atenção, pois afinal de contas é a palavra de quem esta mandando de fato." (Painel - 23/01).

Excesso de generosidade

O Centrão ganhou esta semana nove telefones independentes da central telefônica do Congresso.

Isso vai permitir interurbanos imediatos para qualquer parte do país ou do exterior, sem a interferência de telefonistas.

Gentileza do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães.

"O estilo Toninho Malvadeza tomou conta do Planalto."

(Jorge Hage, deputado federal pelo PMDB-BA, referindo-se ao ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, na

Vida difícil

A esquerda do PMDB não pretende dar vida fácil ao Centrão.

O líder Mário Covas já tem em mãos várias listas com o quórum mínimo de assinaturas para pedidos de destaque na votação do Congresso constituinte.

Se quiser, Covas tem condições de reter o exame do projeto por muito tempo. (Painel-24/01).

Mandato de Sarney

O apresentador de TV Fausto Silva estava sendo entrevistado, no "Canal Livre", da TV Bandeirantes, quando lhe indagaram:

"Quatro ou cinco anos para o Sarney?"

"Perpétua", respondeu Fausto, sério. (Painel-22/01).

Reversível

Do líder do governo, Carlos Sant'Anna, sobre a posição do Centrão de não permitir a invasão da pauta do Congresso constituinte para votar logo o mandato presidencial:

"É uma posição com grande potencial de reversibilidade." (Painel - 24/11).

Implosão política

A cúpula do Centrão acha que se inverter a pauta de votação do Congresso constituinte, para definir logo o mandato de Sarney, o grupo implode.

E, implodindo, não alcançará o objetivo para o qual foi criada a votação de um novo capítulo da ordem econômica no texto constitucional.

Pão e água

Dizem que o Sarney ficou irritado, ao ler a declaração do novo secretário de Justiça da Bahia, deputado Jutahy Magalhães, afirmando que o único remédio para a obsessão do presidente pelo mandato de cinco anos "é o divã do psiquiatra".

O governador Waldir Pires que se prepare, pois o regime de pão e água a que ele já está submetido vai aumentar.

Comício de Collor

O Governador Fernando Collor de Mello está organizando um comício por diretas-já, em Maceió, para o próximo dia 28 de fevereiro.

Ele convidou o presidente da OAB-RJ, Carlos Maurício, para participar da manifestação.

Maurício presenteou Collor com a cópia de um discurso de Sarney, onde ele diz que seu mandato seria de quatro anos.

Estado grave

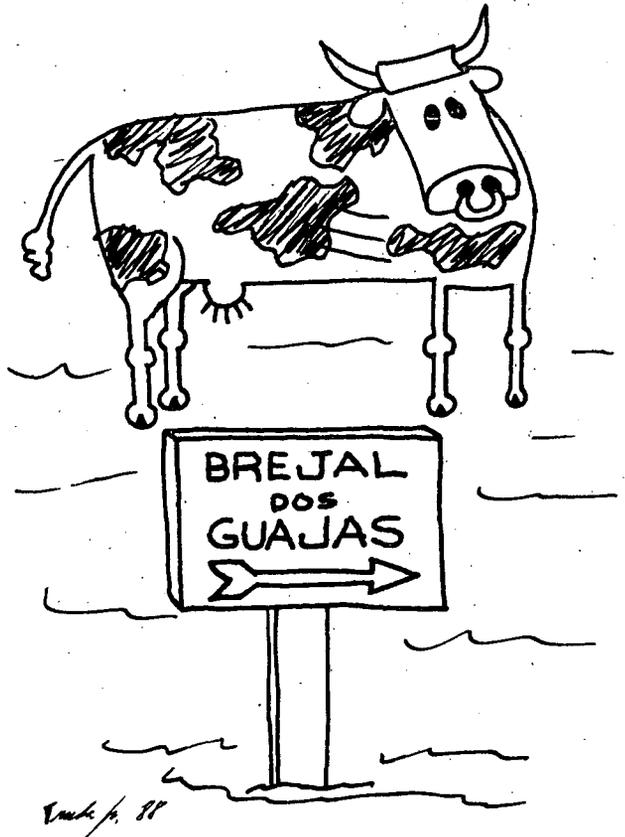
O deputado Euclides Scalco, um "histórico" ferrenho, acha que a situação interna do PMDB é muito grave:

"Na Convenção Nacional, em julho do ano passado, estávamos com uma fratura exposta. Agora deu gangrena e o jeito vai ser mesmo amputar".

Mamata

Os tíquetes do leite que o Seac distribuiu às lideranças comunitárias para serem entregues gratuitamente às populações carentes já chegaram ao Morro da Providência, no Rio de Janeiro.

Estão sendo negociados a Cz\$ 20 pelo dono da boca de fumo da área.



Só magras

Na abertura da convenção da Igreja Batista Brasileira, em Brasília, Sarney aconselhou o brasileiro de ter fé, pois dela deriva "a serenidade necessária para enfrentar os anos de vacas magras, como o pastor José, na Bíblia".

Faltou ao José presidente dizer quando chegarão os anos de vacas gordas, pois os das magras dura bem mais que os sete da Bíblia. (Painel-24/01).

Vôo alto

O avião que levou os governadores, de Belo Horizonte a Montes Claros para a reunião promovida pelo governador Newton Cardoso custará aos cofres minieros Cz\$ 96 mil.

O que pinta de velho

A Rede Globo de Televisão está ameaçando seus telespectadores, que são a maioria dos telespectadores do país, com um manifesto em São Paulo; Jânio da Silva Quadros, a ser divulgado no programa dominical noturno da Rede.

No sábado retrasado, dia 16, a Globo já abriu o seu "Jornal Nacional" para uma longa entrevista em que Jânio defendeu cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, ao lado de uma porção de chavões e bobagens, sempre com aquele ar de quem está descobrindo a roda e o fogo e anunciando a descoberta a telespectadores embasbacados.

Jânio ataca de novo, no programa "A Palavra é sua" (dele, é claro). E ainda falta o manifesto do "Fantástico" (o programa, é claro).

Cada emissora tem todo o direito de escolher quem quer promover. No máximo, cabe a surpresa de verificar que a Globo, o que há de mais moderno em tecnologia de televisão no Brasil, emparelhada com as melhores do mundo, aposte no velho. Gosto não se discute.

O que se deve discutir é o desequilíbrio na atribuição de espaço aos defensores de cinco anos, como Jânio, e aos

que preferem quatro anos para Sarney. Estes virtualmente sumiram dos vídeos globais, embora todas as pesquisas de opinião pública mostrem que a grande maioria da sociedade está do lado deles e não dos "cincoanistas".

Esse desequilíbrio gritante tem uma importância que transcende o conjuntural. Se a Globo age dessa forma quando o que está em jogo é apenas um ano a mais ou a menos para o presidente, como agirá durante a campanha presidencial, quando a vitória significará quatro ou cinco anos de mandato e não apenas um?

Por essas e outras é que a Globo perde razões para reclamar da imposição do horário eleitoral gratuito, nos 60 dias que antecedem as eleições. O horário gratuito é boa parte da legislação eleitoral brasileira são, de fato, reflexos do subdesenvolvimento político do país. Mas, quando uma emissora desenvolve vida tecnologicamente age dessa maneira atrasada, tentando vender sua tese não pelo confronto com a dos adversários, mas pelo silêncio destes, só justifica a permanência do atraso. (Folha SP- 23/01).

Clovis Rossi

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual **CZ\$200,00**

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

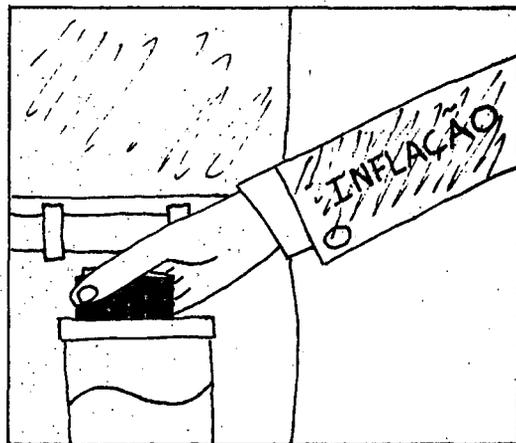
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
 Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241

Trabalhador só recompõe salário se a inflação cair

A queda da inflação, hipótese remota na atual situação econômica, seria o único caminho para a recuperação das perdas salariais dos trabalhadores a partir do segundo semestre desse ano, principalmente para as categorias que não têm dissídio coletivo antes de agosto. Inflação em alta, pela atual sistemática da URP, implica necessariamente perdas salariais crescentes. Na melhor das hipóteses, a estabilização da taxa de inflação interrompe a queda dos salários, mas não repõe o que foi perdido.

O sistema de reajuste pela URP, que repassa mensalmente aos salários o equivalente à média da inflação do trimestre anterior, provoca perdas menos bruscas do que as ocorridas à época do gatilho salarial. Numa situação de estabilidade de preços, a URP acabaria empatando com a inflação mensal, sem causar perdas ou ganhos salariais. Entretanto, desde sua criação em julho (para vigorar a partir de setembro), a inflação pulou de 3,05% para 14,14% em dezembro e ameaça superar 16% em janeiro. Enquanto isso, os reajustes salariais se limitaram a 4,69% (setembro a novembro) e ficarão em 9,19% até fevereiro, pois a nova URP vigora a partir de março.



lários recuperando levemente, já que a inflação ficaria estabilizada em 15%. A partir daí, dentro da hipótese de estabilização do índice, os reajustes salariais passariam a empatar com a inflação, embora já embutissem perda extra de 10,53%.

Acumulação

No caso de inflação ascendentes, a situação é pior. Mesmo as categorias com dissídio no primeiro semestre passariam a acumular perdas no mês seguinte à data-base. Considerando-se somente os casos de reajuste pela URP e estimando-se que o índice de inflação subirá um ponto percentual a cada mês (16% em janeiro, 17% em fevereiro, 18% em março etc.), a perda salarial acumulada em julho será de 22,52%, sem computar a defasagem ocorrida até dezembro. Ou seja, os salários de dezembro seriam corroídos em 22,52% até julho.

A única forma de recuperar parcialmente os salários seria a inflação cair. Estimando a possibilidade de queda da inflação também na base de um ponto percentual ao mês (16% em janeiro, 15% em fevereiro, 14% em março etc.), os salários chegariam a julho ainda 1,37% inferiores aos recebidos em dezembro de 87. Somente em agosto eles ficariam 2,27% acima do salário de dezembro, passando a acumular ganhos. (JB - 24/01)

Perda salarial

A trajetória dos salários ao longo de 88 dependerá fundamentalmente do comportamento da inflação e das conquistas obtidas por categorias à época do dissídio salarial. Supondo que a inflação fique em 16% em janeiro e a partir daí venha a se estabilizar em 15%, as categorias profissionais que não têm dissídio no primeiro semestre chegarão a julho acumulando perda salarial de 10,53% sobre os já defasados salários de dezembro.

Em janeiro e fevereiro, o reajuste pela URP será de 9,19%, o que faz com que os salários percam para hipotéticas inflações de 16% e 15% nesses meses. Com esses índices, a URP a vigorar em março,

Invasores são retirados da área Zoro

Técnicos da FUNAI e agentes da polícia federal começaram no dia 13 a retirada de 150 invasores da área indígena Zoro, no município de Aripuana (Mato Grosso). Pela primeira vez neste tipo de ação, os invasores, que ocuparam a área no final do ano passado, serão indiciados criminalmente. Segundo o intendente regional da FUNAI, Nilson Couto Moreira, a pena neste caso é muito pequena (de três a seis meses de prisão), "mas a medida serve como intimidação contra novas invasões". Os invasores que estão sendo retirados ocuparam a área no final do ano passado, depois da reserva indígena Zoro, de 431.700 hectares, ter sido demarcada no começo de 87. Ainda estão dentro dos limites da reserva mais 126 famílias de posseiros, que chegaram na região antes da demarcação, mas elas também serão retiradas até o final do ano e transferidas para o projeto de Assentamento Fundiário Felinto Muller, e Aripuana. (Tribuna de Minas, 14/01/88).

Funai descentraliza assistência jurídica ao índio

A FUNAI está implantando em cada uma das seis superintendências regionais um corpo de advogados liderado por um procurador-chefe. A medida faz parte da política de descentralização administrativa da entidade. A procuradoria jurídica da Fundação Nacional do Índio acompanha atualmente 614 processos em diferentes instâncias, em todo o país. Paralelamente, trata da elaboração de contratos e outros documentos que fazem o dia a dia da instituição.

O advogado Ronaldo Montenegro, chefe da procuradoria jurídica, em Brasília, revelou que somente nas áreas penal e civil há 308 processos em andamento, sendo 158 na primeira e 150 na segunda. No Supremo Tribunal Federal tramitam 51 processos. No Tribunal Federal de Recursos, outros 41. E nas Varas federais 50 processos estão em tramitação. (O DIA,

Portaria Interministerial cria a 1ª Colônia Indígena

Os ministros João Alves Filho (MINTER), Jader Barbalho (MIRAD) e Rubens Bayma Denys (Secr. Geral do CSN) assinaram portaria interministerial n. 9 no dia 19/01/88, declarando de ocupação dos índios Apurina, para efeito de demarcação a colônia indígena apurina do km 124 da BR 317, situada nos municípios de Boca do Acre e Labrea (AM) a área será demarcada administrativamente pela FUNAI. Ficam excluídas da área delimitada com superfície de 33.400 hectares por esta portaria o leito da estrada BR 317 e sua respectiva faixa de domínio.

(Diário Oficial, 20/01/88).

Mais quatro áreas ainda não publicadas no Diário Oficial

O Presidente da Fundação Nacional do Índio Romero Juca Filho, assinou em dezembro mais quatro portarias interditando, para efeito de demarcação, quatro áreas indígenas, situadas no Amazonas, Rondonia e em Mato Grosso.

A área indígena Roosevelt, situada nos municípios de Aripuana (MT), Espigão do Oeste e Pimenta Bueno (RO), já encontrava-se demarcada na vigência do decreto 76.999/76, sendo aviventada em 1985. A área, no entanto, vem aguardando há três anos o decreto homologatório. O presidente da FUNAI, no uso de suas atribuições, resolveu interditá-la para que possíveis mudanças na legislação não a deixem desprotegida e a merce de posseiros.

As áreas indígenas interditadas são: A.I. Manissua, no município de Labrea (AM) com 11.700 hectares. A.I. acima, no município de Tapaua (AM), com 40.800 hectares. A.I. Paumari do Lago Perica, no município de Tapaua (AM), com 15.800 hectares e A.I. Roosevelt, situada nos municípios de Aripuana (MT), Espigão do Oeste (RO) e Pimenta Bueno (RO).

Índio não quer usina. Índio quer terra.

A hidrelétrica de Samuel, a 35 quilômetros desta capital, recebeu uma visita insólida na última quinta-feira (dia 21): 75 índios gaviões, araras e zorós foram conhecer de perto uma usina - semelhante à que vai ser construída em Ji-Paraná, no oeste de Rondônia, que vai inundar parcialmente as terras deles.

Não gostaram. No final da visita ao impressionante canteiro de obras onde trabalham 3 mil operários, os índios se despediram com um canto ritual, entremeadado de gritos de guerra, que dizia:

"Nós somos guerreiros / Matadores de gente". Para os antropólogos, foi uma advertência clara, já manifestada antes, de que as tribos não aceitam a represa de Ji-Paraná. Mas os engenheiros de Samuel, que se desdobram para receber os índios com a maior cordialidade, provavelmente não entenderam nada. Foi tudo muito exótico.

A visita foi organizada pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC), a empresa paulista encarregada dos estudos de viabilidade da usina, que poderá ser - ou não - construída em diversos pontos do rio Ji-Paraná. É muito pouco provável que ela não seja construída. Se a barragem for levantada no ponto denominado Ji-Paraná 14, a área inundada será de 957 quilômetros quadrados de florestas virgem, para gerar 240 megawatts de energia firme final, com 520 MW de potência instalada.

Os estudos de viabilidade estão em fase final, e a construção deverá começar em 1989/1990, para entrar em opera-

Porto Velho — Ricardo Art



Tribos visitam hidrelétrica e reagem com ameaças

ção em 1994, mas esbarraram num obstáculo: o lago da usina vai inundar parcialmente as terras da Reserva Indígena de Loudes - onde estão 390 gaviões e 115 araras - e a Reserva Biológica de Jarú, além de populações ribeirinhas e camponeses. O curioso é que as duas reservas foram demarcadas com recursos do Banco Mundial (BIRD) para o programa Pólo Noroeste. Agora, com recursos do mesmo banco para o Plano de Complementação do Setor Elétrico, vai-se inundá-las. Foi por isso que o representante americano na diretoria do Banco, Hurch Forster; votou contra a concessão do empréstimo, em julho de 1986, ressaltando, por escrito: "Isso é pura loucocracia". (JB - 25/01/88)

Solução extra judicial para os Pataxo-Ha-Ha-Hae

Entre as principais causas que passaram pelas mãos dos advogados da Fundação, em 1987, destaca-se a que recentemente, pos fim ao conflito envolvendo os Pataxo-ha-ha-hae, da Bahia (que brigavam entre si) e brancos que ocupam a área há anos. Como solução extra-judicial, o pre-

sidente da FUNAI Romero Juca, autorizou a compra de uma fazenda no município Cacique Nelson Saracura, se transferindo no final de dezembro. O registro da escritura da fazenda, em cartório, foi feito pelos advogados da procuradoria jurídica, se diada em Brasília. (O DIA, 20/01/88).

Garimpo invade área Ianomani

Em Roraima, 10 mil garimpeiros estão em terras dos índios ianomamis, de onde extraem 30 quilos de minérios por dia

No comecinho de dezembro eles já eram 2.500. Continuaram desembarcando maciçamente em mais de 60 prqueños mono motores, com redes e sacos de alimentos, armas de caça e instrumentos para a garimpagem. São hoje calculados em dez mil, espalhados por uma área de um milhão de hectares de selva, a uns 200 km a leste de Boa Vista, capital do Território Federal de Roraimá.

São os protagonistas de uma "febre de ouro" mais intensa que a registrada há oito anos em Serra Pelada (PA). Extraem com seus métodos rudimentares 30 kg do minério por dia. E aparentemente tocaram apenas na casca de um substancial filão: o Departamento Nacional de Produtos Mineral (DNPM) menciona a iminência da exploração de novas descobertas.

Mas os prognósticos superlativos têm como pesada contrapartida o fato de o homem branco ter dessa vez penetrado fundo em terra que a legislação lhe interdita. E terra dos ianomamis, prati-

camente o último grupo étnico com pouco ou nenhum contato com a chamada civilização. Então sendo recenseados (seriam de 3 a 8 mil) para que até o fim de janeiro o governo federal faça uma nova demarcação da área.

Antes que isso ocorra, os garimpeiros tentam criar um fato consumado. Sabem que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não tem estrutura, com seus oito funcionários na região, sequer para o mapeamento dos pontos em que o ouro vem sendo lavrado. E a Polícia Militar de Roraima, mesmo mobilizando a totalidade de seus 700 homens, seria incapaz de bloquear a bacia do Mucajai para impedir que os garimpeiros retirados à força façam, a pé, a viagem de retorno a suas grotas, num percurso em média de 23 dias pelo mato.

A Comissão pela Criação do Parque que Ianomami (CPPY) denuncia o perigo de um lento mas irreversível extermínio dos índios. Constata os primeiros efeitos da doença que o branco transportou. Os próprios índios, no entanto, com certeza "votariam" contra o fim do garimpo. deixariam de ganhar comida, lanterna e rádio-gravador, óculos escuros e disputa dos calções coloridos de tecido sintético. (Folha SP - 23/01/88)

Funai assiste invasão

Esmeraldino Silva Neves, delegado da Funai em Roraima, está definitivamente com excesso de pulgas para se coçar. "A invasão dos garimpeiros foi dirigida de tal forma que nosso pessoal não tem mais meios de controlar", diz ele com um misto de nervosismo e resignação.

A exatos 252 km a oeste de seu modesto escritório em Boa Vista, é em termos quase idênticos que se exprime Gonçalves Teixeira, mulato forte de peito nu, boina em estilo militar que o identifica como chefe do posto da Funai junto à maloca ianomami de Paapiu. Papele te na mão, ele se contenta passivamente em anotar o prefixo dos aviões que aterrisam uns atrás dos outros na pista de

1.200 metros que o governo abriu "se lá eu quando", e que a Aeronáutica ampliou no ano passado como parte do Projeto Calha Norte.

Se quisessem efetivamente conter o ingresso de garimpeiros a oeste de Roraima, os diversos tentáculos do governo naquele Território Federal poderiam optar por uma alternativa bastante simples: bastaria controlar o combustível distribuído aos aviões que transportam homens e víveres para aquela área isolada. A alternativa foi, aliás, evocada, em Manaus, por Sebastião Amâncio, superintendente regional da Funai.

Garimpeiros afirmam que viram o massacre na ponte no Pará

"Eu vi policiais atirando contra ve-lhas e grávidas." A denúncia é de Vitor Hugo Cardoso Rosa Neto, durante depoimento prestado na Divisão de Polícia Fazendária da Polícia Federal, em Serra Pelada. O episódio em pauta era o massacre dos garimpeiros na ponte do rio Tocantins, no final de dezembro.

Cardoso acrescentou que depois da desobstrução da ponte, a "polícia impediu o movimento de barcos pelo rio e, enquanto isso, ia recolhendo os corpos de muita gente". Em seu depoimento, Vitor Hugo apresentou também outra versão para a denúncia de espancamento que teria sofrido o presidente do Sindicato dos Ga-

rimpeiros de Marabá, Fernando Marcolino.

Junto com Vitor Hugo, esteve também prestando depoimento Pedro Paulo da Silva. Os dois garimpeiros apresentaram três documentos que trouxeram da Serra Pelada: um abaixo assinado com cerca de seis mil assinaturas pedindo a permanência da Polícia Federal no garimpo, uma lista com o nome de 93 pessoas desaparecidas depois da desobstrução da ponte sobre o rio Tocantins, e vários depoimentos de manifestantes atestando que houve um massacre por parte da PM do Pará contra os garimpeiros e suas famílias.

(Folha SP - 23/01/88)

Denúncias derrubam delegado

A substituição do delegado do Posto da Polícia Federal em Serra Pelada, Paulo Duarte, ocorreu quase ao mesmo tempo em que em Belém eram denunciadas uma série de arbitrariedades e irregularidades comandadas por ele. As denúncias foram feitas por três lideranças dos garimpeiros, Fernando Marcolino Guimarães, manteve sua denúncia de que foi espancado no próprio posto da Polícia Federal para que não comparecesse à reunião na OAB.

Marcolino disse que recebeu, junto com os outros dirigentes do sindicato, os mais diversos tipos de ameaças.

Manuel da Graça de Souza, que também prestou depoimento na OAB disse que

o líder do movimento foi o garimpeiro Vitor Hugo, "que saiu das dependências da Polícia Federal diretamente para o palanque e convocou o movimento." Manuel, conhecido como **Parazinho**, fez séries de denúncias contra o delegado Paulo Duarte e os agentes da Polícia Federal. Segundo ele, os policiais teriam instituído impostos cobrados dos comerciantes, confiscavam parte da produção de ouro dos proprietários de barrancos e apreendiam bebidas alcoólicas vendidas posteriormente em cidades próximas à Serra Pelada ou então distribuídas entre amigos.

(OESP-20/01/88)

Protesto. E Caiado não desce

Manifestantes da CUT, CGT, PC do B, PT e outros partidos de oposição impediram em Vitória o desembarque do líder ruralista Ronaldo Caiado. Os manifestantes cercaram o aeroporto de Goiabeiras com cartazes e faixas e levaram para o local caixotes de ovos e tomates que seriam lançados sobre o visitante. Caiado recebeu no aeroporto de Vila Velha a

40 minutos do centro, temendo a manifestação.

O líder ruralista, que passou boa parte do dia driblando manifestantes que o perseguiam, veio à Vitória participar do leilão de 1.200 cabeças de gado e cavalos promovidos pela União Democrática Ruralista (UDR) do Espírito Santo.

(O Estado de S.P. 21/01/88)

Pistoleiro preso denuncia mandantes de assassinatos

MARABÁ - Sebastião Pereira Dias, 40 da Terezona, 41 anos, acusado diretamente de 36 homicídios e mais de 100 ordens para matar no Polígono dos Castanhais (Marabá) vai a julgamento em fevereiro. Será o primeiro grande júri popular por crimes de terra na região sul do Pará, onde 435 lavradores foram mortos nos últimos 10 anos. Na terça-feira, sentindo-se acusado e "abandonado" pelos ex-patrões, depois de um ano, quatro meses e um dia de prisão. Sebastião resolveu falar. E revelou os nomes dos grandes fazendeiros para quem fez empreitadas durante cinco anos:

- Eu nunca matei ninguém, sou inocente - reage, a princípio, como todo o preso. Aos poucos, entretanto, a amargura supera o visível receio: "É uma injustiça. Se matei, alguém mandou e pagou. Em preitei para os Mutran, trabalhei para o Aziz Mutran de carteira assinada. Por que ele não tá preso? Porque tem dinheiro. Eles disseram que iam me ajudar e me largaram aqui dentro. Minha mulher Terezona morreu em dezembro, meus cinco filhos tão passando fome. Eu quero falar com o ministro da Justiça ou alguém dele. Quero contar tudo que sei, porque aqui não vão me ouvir", diz.

Em seguida, acusa: "Pode botar aí.



"Sebastião da Terezona" diz que só matou a mando

Empreitei também para o João Almeida, para o Vavá (Osvaldo) Mutran e para o Carlos Chamie. Eu disse tudo isso pra juíza (Izilda) Pastana, mas só eu tô pagando. Se alguém fez, alguém mandou e pagou. Dizem que fiz os crimes em Ubá. Não fui eu, foi o Juracy (fiscal de Fazenda e conhecido pistoleiro na região) que arranjei a pedido do Vavá Mutran e do Edmundo Virgulino, dono da fazenda."

A chacina do castanhal Ubá, onde em janeiro de 1985 foram assassinadas nove pessoas, oito da mesma família, é um dos crimes que pesam sobre Sebastião. A história desta fazenda e seus personagens marcam a transição entre o arcaico e o moderno na região. Pelos crimes de Ubá, entre outros, Sebastião da Terezona, inaugura, às vésperas do século 21, o hábito do júri popular para criminosos. ((JB-17/01)

Bob Fernandes

Trabalhadores denunciam violência e mortes no Ceará

Dois trabalhadores rurais foram assassinados na cidade de Tauá, no interior do Ceará, nos dias 9 e 10 deste mês. Os dois crimes foram praticados por pistoleiros profissionais, segundo declarações da própria polícia cearense; também no dia 10 de janeiro foi preso um outro pistoleiro, assassino de José Balbino, ex-colono do perímetro irrigado Várzea do Boi. Preso, ele confessou que o mandante foi Antonio Afonso; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá e o sindicato de Canindé estão sofrendo constantes ameaças de invasão e

Estes são apenas alguns episódios que estão ocorrendo no Ceará contra trabalhadores. Os latifundiários, desesperados, intensificam a violência e contam com isso intimidações e prisões ilegais de trabalhadores (Canindé) e a pistola-gem (mortes em Tauá e ameaças em Quixadá). A violência é maior nos locais onde há maior organização. Mas, nem mesmo a UDR (braço político dos latifundiários) irá interromper a luta dos trabalhadores por sua libertação. 13 entidades assinam a nota de protesto contra a violência no Ceará.